



Deliberado em reunião de Direção,  
de 17/4/2016, por unanimidade:

- 1- Aprovar o relatório e contas de 2015
- 2- Passar à ASB Geral que o resultado  
do trabalho seja aferido no env.  
de resultados transitados

# Relatório e Contas de 2015

O presente Relatório foi aprovado por  
unanimidade em reunião de  
ASB. Geral realizada nos dias 26/4/2016



**Relatório de Gestão**

**Balanço**

**Demonstração dos Resultados por Natureza**

**Demonstração dos Fluxos de Caixa**

**Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais**

**Anexo**

**Certificação Legal das Contas**

**Relatório e Parecer do Conselho Fiscal**



*[Handwritten mark]*

# **Relatório de Gestão 1**

## 1 - Introdução

---

Exmos. Associados,

Nos termos da lei e dos estatutos, vem a direção da RESITEJO - Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo, com sede social em Rua Ferro de Engomar - Eco-Parque do Relvão, Chamusca, submeter à apreciação de V. Exas. o presente relatório de gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de dezembro de 2015.

O referido documento contém uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da RESITEJO - Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

As demonstrações financeiras encontram-se preparadas de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março.

### 1.1 - Apresentação da Associação

---

A RESITEJO - Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo é uma associação sem fins lucrativos, constituída a 9 de agosto de 1996, com a missão de gerir e tratar os resíduos sólidos urbanos produzidos nos ( 10 ) municípios de Alcanena, Chamusca, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Golegã, Santarém, Tomar, Torres Novas e Vila Nova de Barquinha.

A RESITEJO é detentora de uma matriz de infra-estruturas (instalações, equipamentos mecânicos, recipientes, recursos humanos e financeiros) destinada a assegurar com eficiência conforto, segurança e inocuidade a deposição, recolha, transporte, tratamento, valorização, eliminação, estabilização dos referidos resíduos sólidos urbanos.

## 2 - Enquadramento Económico

---

Em 2015 assistimos a um ciclo de retração da economia mundial face às expectativas iniciais do ano, que levaram quer o FMI, quer a OCDE, a reverem em baixa as suas previsões. A economia do mundo, o comércio global e algumas das principais bolsas financeiras, em especial as asiáticas, sofreram em 2015 quebras assinaláveis.

A economia portuguesa evidenciou uma recuperação, proporcionada, fundamentalmente pelo consumo privado e crescimento de exportações.

Assim em 2015, o Produto Interno Bruto (PIB) aumentou 1,5% em volume, mais 0,6% que o verificado no ano anterior. O contributo da procura interna para a variação anual do PIB aumentou, situando-se em 2,5% em 2015 (2,2% em 2014), devido ao crescimento mais intenso das despesas de consumo final, uma vez que o investimento desacelerou.

O comportamento dos principais indicadores económicos apresenta-se no seguinte quadro (valores em percentagens):

Direção



**Principais indicadores económicos (%)**

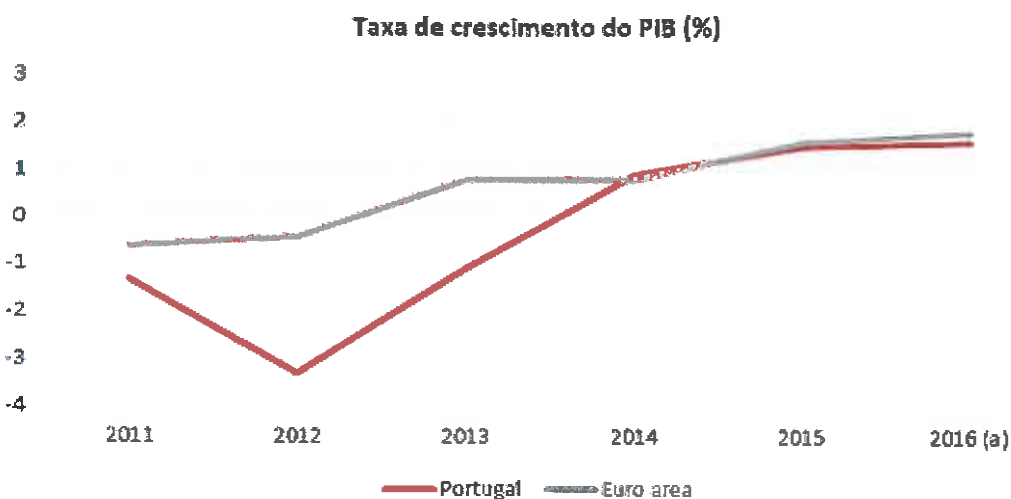
	2011	2012	2013	2014	2015	2016 (a)
Produto interno bruto (PIB)	-1,3	-3,3	-1,1	0,9	1,5	1,6
Consumo privado	-4,0	-5,8	-1,2	2,2	2,5	1,6
Consumo público	-3,8	-3,9	-2,0	-0,5	0,5	0,5
Défice (% do PIB)	-4,4	-5,2	-4,8	-7,2	-4,0	-2,8
Taxa de desemprego	12,7	15,7	16,2	13,9	12,2	11,3
Taxa de inflação (IHPC)	3,6	2,8	0,4	-0,3	0,5	0,7

Fontes: INE – Instituto Nacional de Estatística e Ministério das Finanças e Banco de Portugal e Eurostat  
 Notas: (a) Previsões OCDE (Nov. 2015)

A taxa de desemprego anual prevê-se que se situe nos 12,2%, o que se traduz em cerca de 630 mil pessoas desempregadas. Em relação ao ano anterior é de realçar que a taxa de desemprego se fixou em 13,9%, e recorde-se que a taxa de desemprego em 2013 era de 16,2%.

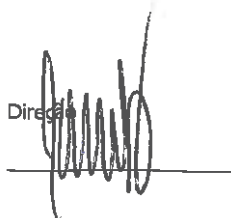
Entre os estados-membros, Portugal continua a ter uma das taxas de desemprego mais elevadas, sendo que as mais altas são a de Espanha (22,3%) e da Grécia (25,7%), enquanto Alemanha (4,7%) e Malta (5,8%) apresentam as taxas mais baixas. Na zona Euro, a taxa de desemprego desceu para 11,0% enquanto na União Europeia desceu para 9,5%.

A economia portuguesa evoluiu de 0,9% em 2014 para 1,5% em 2015. Para 2016, a Comissão Europeia prevê uma estabilização do PIB, positivo em 1,6%, conforme quadro a seguir apresentado (valores em percentagens):



Fontes: Ministério das Finanças e Comissão Europeia  
 Notas: (a) Previsões OCDE

Direção



Segundo as previsões económicas semestrais de Novembro divulgadas em Bruxelas, Portugal será, em conjunto com a Grécia, os dois países onde a evolução do PIB será mais acentuada. Em termos médios anuais a Comissão Europeia espera uma evolução do PIB da área euro para 1,6% e 1,8% em 2015 e 2016, respetivamente.

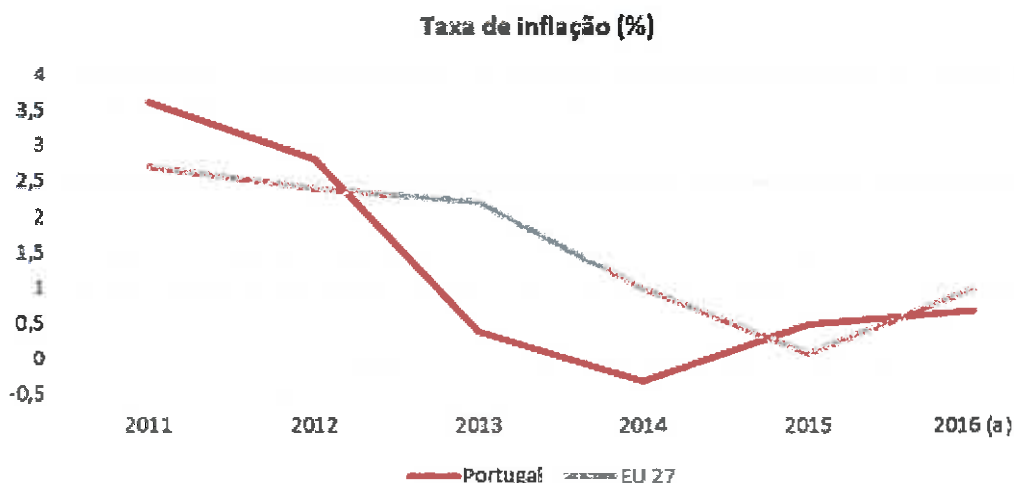
Em Espanha, de acordo com o Instituto Nacional de Estatística, o PIB registou uma taxa de 3,1% positivos no ano de 2015, tendo previsto uma taxa de 2,7% positivos para 2016 e 2,4% positivos para 2017.

O BCE decidiu manter as taxas de juro oficiais, pelo que a taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento manteve-se nos 0,05%. De acordo com essa entidade, as pressões sobre os preços na área do euro deverão continuar moderadas no médio prazo, e as condições monetárias, nomeadamente ao nível do crédito, deverão permanecer contidas.

No que diz respeito aos EUA, a Reserva Federal norte-americana (Fed) aumentou a taxa de juro de referência entre os 0,25% e 0,50% ao ano.

A taxa de inflação em 2015, divulgada pelo INE, fixou-se nos 0,5%. Em 2014, o valor final da inflação tinha sido negativo em -0,3%.

Enquanto, a Eurostat divulgou, relativamente a 2015, que a taxa de inflação anual da zona euro foi de 0,1%, enquanto na UE foi de 0,0%. O comportamento e evolução das taxas de inflação apresentam-se no seguinte quadro (valores em percentagens):



Fontes: Instituto Nacional de Estatística e Comissão Europeia

Notas: (a) Previsões

As projeções para a economia portuguesa apontam para a continuação da recuperação gradual da atividade económica, com um ritmo médio de crescimento próximo do projetado para a área euro. O crescimento deverá ser assente no aumento das exportações, a par de uma recuperação da procura interna.

Apesar de ter alcançado progressos assinaláveis na correção dos desequilíbrios macroeconómicos, Portugal deverá prosseguir o processo de ajustamento em curso, com aumentos sustentáveis do consumo, com um crescimento do investimento que assegure a renovação do capital e com níveis de endividamento progressivamente menores.

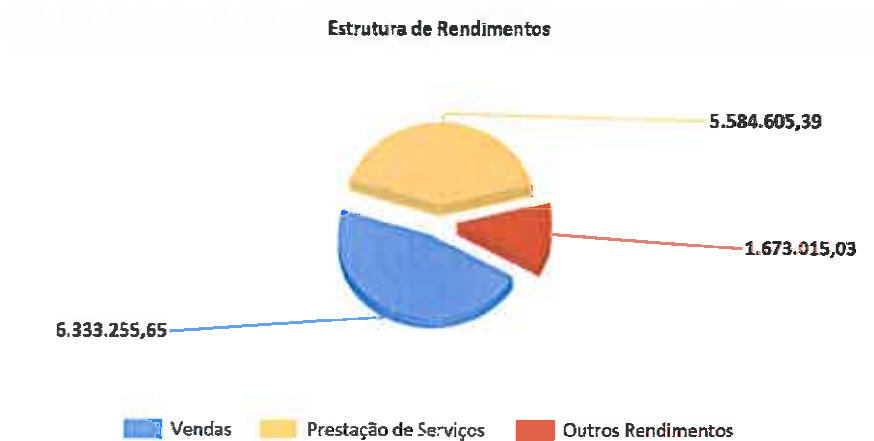
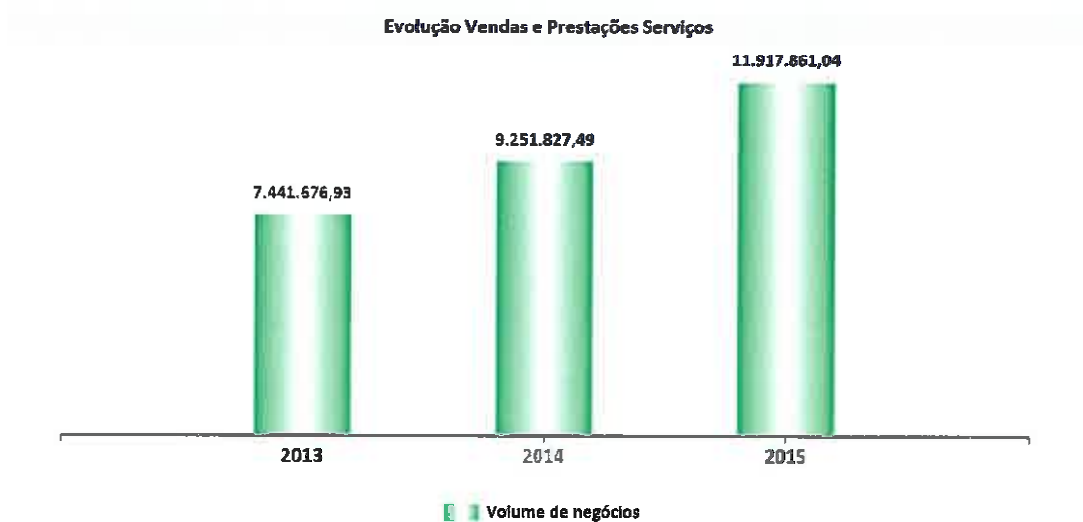
Direção



### 3 - Análise da Atividade e da Posição Financeira

No período de 2015 os resultados espelham a atividade desenvolvida pela Associação.

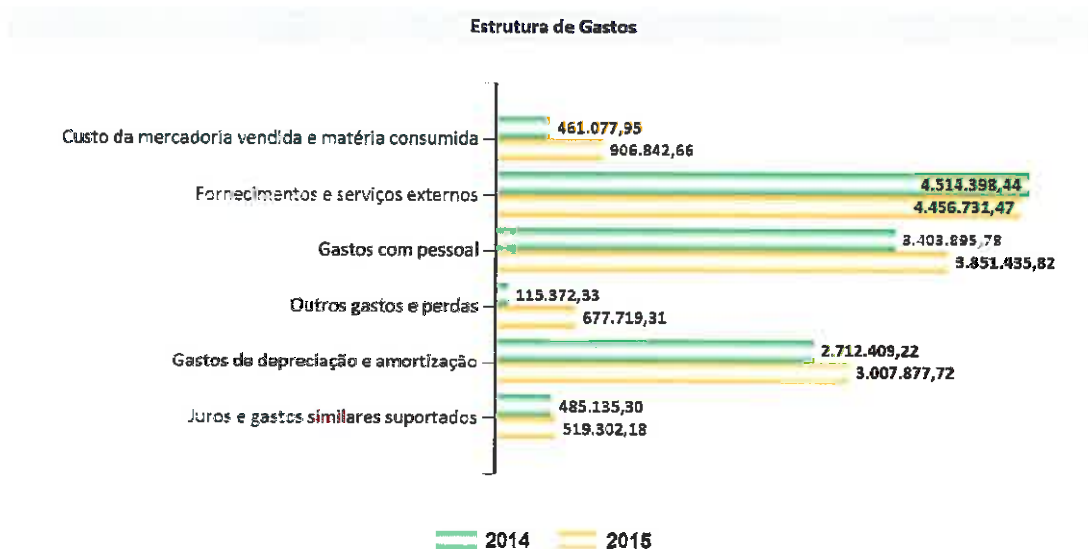
A evolução dos rendimentos bem como a respetiva estrutura são apresentadas nos gráficos seguintes:



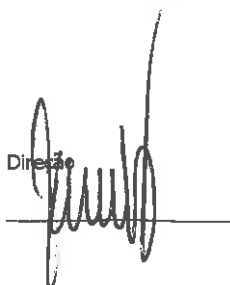
Em relação à atividade operacional salienta-se que foram processadas cerca de 187.000 toneladas de resíduos (cerca de 143.000 toneladas em 2014), conforme detalhe que a seguir apresentada (valores em toneladas):

Descrição	2015	2014
Aterro	29.920	0
TMB:		
Municípios	74.104	77.237
Outros	69.188	55.914
Triagem	<u>13.440</u>	<u>9.609</u>
<b>Total</b>	<b>186.652</b>	<b>142.760</b>

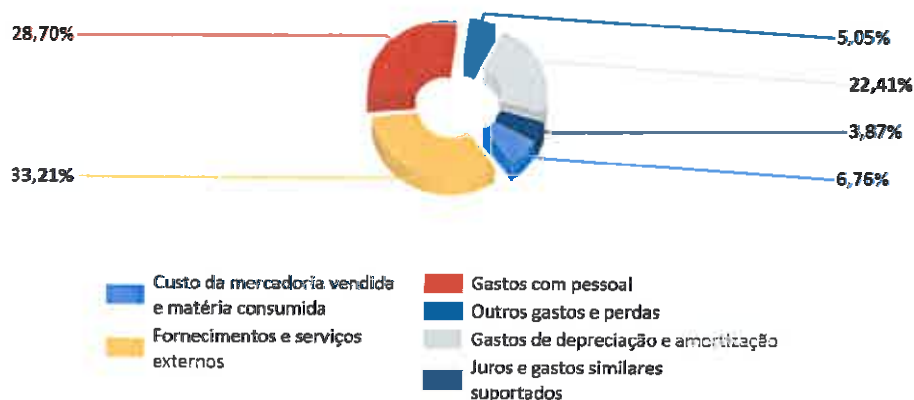
Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da associação:



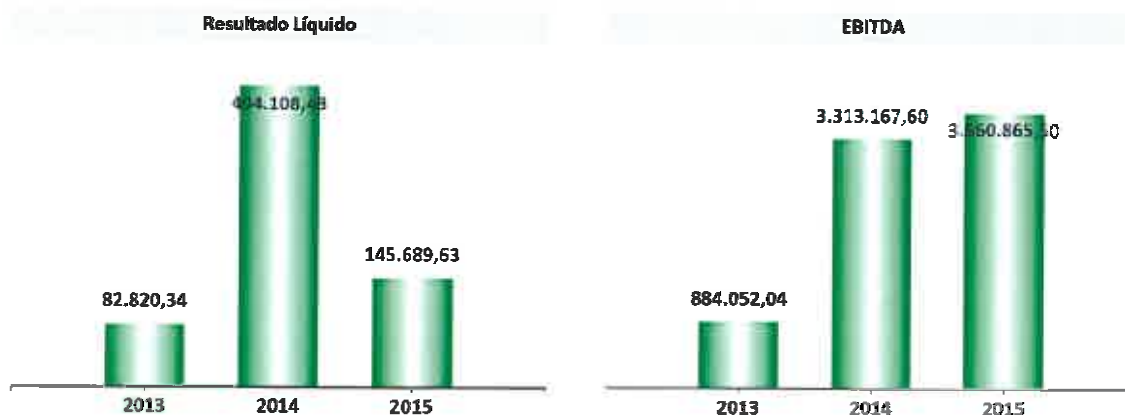
Direção



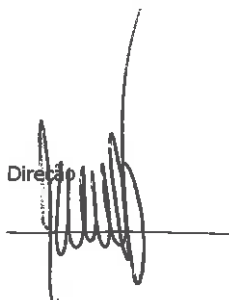
Estrutura de Gastos Percentual



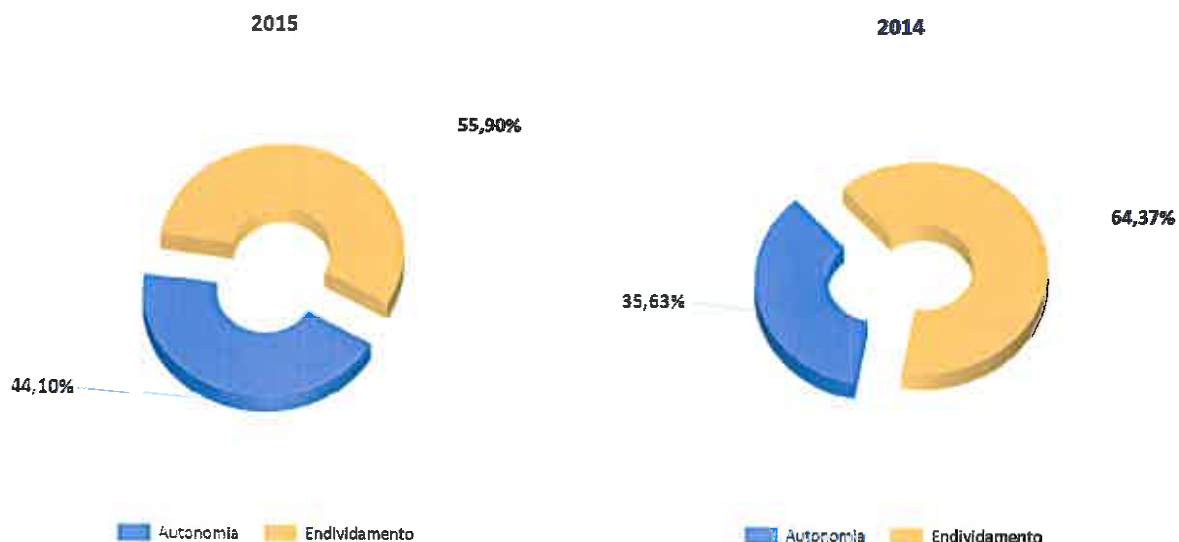
Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a associação apresentou, os seguintes valores de EBITDA e de Resultado Líquido.



Direção



Em resultado da sua atividade, a posição financeira da associação apresenta, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:


**Indicadores Financeiros:**

RUBRICAS	PERIODOS	
	2015	2014
Autonomia	44,10%	35,63%
Solvabilidade	78,91%	55,35%
Liquidez Geral	69,46%	74,12%

De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da associação através da análise dos seguintes itens de balanço:

**ESTRUTURA DO BALANÇO**

RUBRICAS	2015		2014	
Ativo não corrente	21.115.475,75	75 %	22.476.948,20	73 %
Ativo corrente	6.933.308,28	25 %	8.414.856,55	27 %
<b>Total ativo</b>	<b>28.048.784,03</b>		<b>30.891.804,75</b>	

RUBRICAS	2015		2014	
Capital Próprio	12.370.844,14	44 %	11.006.584,34	36 %
Passivo não corrente	5.696.101,86	20 %	8.532.712,80	28 %
Passivo corrente	9.981.838,03	36 %	11.352.507,61	37 %
<b>Total Capital Próprio e Passivo</b>	<b>28.048.784,03</b>		<b>30.891.804,75</b>	

Direção



### 3.1 - Questões relativas aos trabalhadores

No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo nº de efetivos.

Não se encontram estabelecidos benefícios a longo prazo para funcionários.

RUBRICAS	PERIODOS		
	2015	2014	2013
Gastos com Pessoal	3.851.435,82	3.403.895,78	2.909.761,26
Nº Médio de Pessoas	256,00	233,00	215,00
<b>Gasto Médio por Pessoa</b>	<b>15.044,67</b>	<b>14.608,99</b>	<b>13.533,77</b>

### 3.2 - Investimentos

No exercício foram concretizados investimentos em ativos fixos tangíveis no montante de 2.719.825,65 euros relacionados com aquisição de viaturas, pesadas e ligeiras de mercadorias, novos edifícios, ampliação de edifícios e construção de um novo aterro.

### 3.3 - Investigação & Desenvolvimento

A RESITEJO - Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo não despendeu qualquer gasto neste tipo de rubricas.

### 4 - Principais Riscos e Incertezas

A associação apresenta um nível imaterial de exposição a risco de taxa de câmbio, nem se encontra exposta a outros riscos relevantes.

O risco de crédito na associação resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus clientes, relacionados com a atividade operacional e do seu relacionamento com Instituições Financeiras, no decurso normal da sua atividade, sendo que a associação tem adotado a determinação criteriosa de limites de crédito adequados ao perfil do cliente e da própria natureza da atividade, evitando a excessiva concentração de crédito e, consequentemente minimizando a sua exposição àquele risco.

Outra das atitudes tomadas prende-se com uma regular monitorização das contas de clientes, bem como o recurso atempado às vias legalmente necessárias para recuperação de créditos.

A associação gere o risco de liquidez, tendo por objetivo garantir que, a todo o momento, a associação mantém a capacidade financeira para, dentro de condições de mercado não desfavoráveis, cumprir com as suas obrigações de pagamento à medida do seu vencimento e garantir atempadamente o financiamento adequado ao desenvolvimento dos seus negócios e estratégia.

### 5 - Factos Relevantes Ocorridos Após o Termo de Exercício

Após o termo de exercício e até à presente data, não ocorreram factos relevantes que possam alterar os pressupostos na base dos quais este documento é produzido.

Direção



## 6 - Perspetivas para o Próximo Exercício

A RESITEJO - Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo estima para 2016, conforme orçamento aprovado, um volume de negócios de 12.971.654 euros, correspondendo a um crescimento de 9% face ao obtido em 2015.

O resultado operacional estimado para 2016 ascende a 1.641.154 euros e o resultado líquido ascende a 996.575 euros.

Ao nível dos investimentos está estimada a quantia de 9.605.000 euros, que incluem a aquisição de uma nova linha de triagem para os resíduos provenientes da recolha seletiva, o início da construção da unidade de valorização energética, a construção da unidade de valorização do composto obtido no TMB, assim como a construção dos alvéolos 3 e 4 da célula nº 2 do aterro sanitário, trabalhos de encerramento dos alvéolos 1 e 2 da célula nº 1 do aterro sanitário, a remodelação da estação de transferência de Santarém e a aquisição de diverso equipamento móvel imprescindível ao normal funcionamento do sistema.

No próximo exercício será mantida a política de contenção de gastos, para que o custo de tratamento da tonelada de resíduos possibilite a manutenção do valor a suportar pelos municípios com o tratamento dos mesmos.

## 7 - Considerações Finais

A RESITEJO - Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Durante o período económico não ocorreu qualquer aquisição ou alienação de quotas próprias. Aliás a associação não é detentora de quotas ou ações próprias.

Não foram realizados negócios entre a direção e os associados, nos termos do artº 397º do Código das Sociedades Comerciais. Não lhes foram concedidos quaisquer empréstimos nem adiantamentos por conta de lucros.

A associação não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela associação.

Não existem dívidas em mora perante o setor público estatal.

Na presente data, existem dívidas em mora perante a Segurança Social, relativamente às quais foram celebrados acordos de pagamento em prestações, estando a ser objeto de integral cumprimento.

Convém salientar que as instalações da Entidade, sitas no Eco-Parque do Relvão no concelho da Chamusca, encontram-se implementadas parte em propriedade alheia, do qual foi celebrado em 29 de dezembro de 1999, um contrato que cede à RESITEJO o gozo da parcela de terreno por um período temporal não superior a 40 anos, tendo este sido contabilizado na rubrica de "431 – Terrenos e recursos naturais", encontrando-se no exercício de 2010 totalmente depreciados, dado que a duração estimada do Aterro Sanitário era de 10 anos.

Diracção



## 8 - Proposta de Aplicação dos Resultados

A RESITEJO - Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo no período económico findo em 31 de dezembro de 2015 realizou um resultado líquido de 145.689,63 euros, propondo a sua aplicação de acordo com o quadro seguinte:

APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	
ANO	2015
Resultados Transitados	145.689,63

## 9 - Agradecimentos

A Direção não pode deixar de manifestar o seu agradecimento a todos os que contribuíram para os resultados alcançados no exercício findo, nomeadamente os seus trabalhadores, fornecedores, clientes e instituições financeiras.

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo.

Direção



## 10 - Anexo ao Relatório de Gestão

---

Informações de acordo com o nº 5 do artigo 447º e o nº 4 do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais (CSC).

Relação dos membros da direção e fiscalização.

### Membros da Direção

Entidade: Município da Chamusca  
Representante: Paulo Jorge Mira Lucas Cegonho Queimado  
Cargo: Presidente

Entidade: Município de Tomar  
Representante: Anabela Gaspar de Freitas  
Cargo: Vice-Presidente

Entidade: Município da Golegã  
Representante: Carlos Manuel Matos Asseiceiro  
Cargo: Vice-Presidente

Entidade: Município de Vila Nova da Barquinha  
Representante: Rui Constantino Martins  
Cargo: Vice-Presidente

Entidade: Município de Ferreira do Zêzere  
Representante: Paulo Jorge Alcobia das Neves  
Cargo: Vice-Presidente

### Conselho Fiscal

Entidade: Município de Torres Novas  
Representante: Manuel Paulo Mendes Tojo  
Cargo: Presidente

Entidade: Município de Entroncamento  
Representante: Ilda Maria Pinto Rodrigues Joaquim  
Cargo: Vogal

Entidade: Tocha, Chaves & Associados, SROC, Lda.  
Representante: Paulo Dinis Delgado Chaves, ROC nº1085  
Cargo: Vogal

Carregueira, 10 de março de 2016

Direção





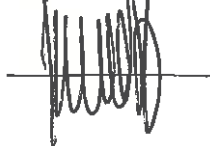
A handwritten signature or mark in black ink, located in the top right corner of the page. It appears to be a stylized, cursive signature.

**Balanço**

**2**

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2015	2014
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	7	20.101.975,75	21.462.444,67
Investimentos Financeiros	10	13.500,00	13.500,00
Outros ativos financeiros	10	1.000.000,00	1.001.003,53
		<b>21.115.475,75</b>	<b>22.476.948,20</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	11	127.102,00	333.790,00
Clientes	15	5.250.867,18	5.391.546,46
Estado e outros entes públicos	14	36,98	44.393,40
Outras contas a receber	15	1.202.294,36	1.352.338,30
Diferimentos		90.629,68	474.868,41
Outros ativos financeiros	10	5.000,00	80.000,00
Caixa e depósitos bancários	4	257.378,08	737.919,98
		<b>6.933.308,28</b>	<b>8.414.856,55</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>28.048.784,03</b>	<b>30.891.804,75</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos		4.998,00	4.998,00
Resultados transitados	15	3.343.739,67	2.990.221,39
Outras variações nos fundos patrimoniais	15	8.876.416,84	7.607.256,47
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>145.689,63</b>	<b>404.108,48</b>
<b>Total do fundo de capital</b>		<b>12.370.844,14</b>	<b>11.006.584,34</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Financiamentos obtidos	8;9	5.696.101,86	6.433.144,05
Outras contas a pagar	15		2.099.568,75
		<b>5.696.101,86</b>	<b>8.532.712,80</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	15	3.889.518,92	4.430.572,66
Estado e outros entes públicos	14	316.232,89	225.936,23
Financiamentos obtidos	8;9	3.731.473,09	4.935.565,38
Diferimentos			447.877,59
Outras contas a pagar	15	2.044.613,13	1.312.555,75
		<b>9.981.838,03</b>	<b>11.352.507,61</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>15.677.939,89</b>	<b>19.885.220,41</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>28.048.784,03</b>	<b>30.891.804,75</b>

Direção



Contabilista Certificado





*Handwritten signature or mark.*

## **Demonstração de Resultados por Naturezas**

**3**



Demonstração dos Resultados por Naturezas do período  
findo em 31-12-2015  
(montantes em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2015	2014
Vendas e serviços prestados	12;17	11.917.861,04	9.251.827,49
Subsídios, doações e legados à exploração	13	68.853,09	60.854,38
Variação nos inventários da produção	11	(206.688,00)	289.325,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	11	(906.842,66)	(461.077,95)
Fornecimentos e serviços externos	18	(4.456.731,47)	(4.514.398,44)
Gastos com o pessoal	16	(3.851.435,82)	(3.403.895,78)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	6;7;11;12;13; 15;16;18	8.252,11	31.944,50
Outros rendimentos e ganhos	12	1.765.316,52	2.173.960,73
Outros gastos e perdas		(677.719,31)	(115.372,33)
<b>Resultado antes de depreciações,gastos de financiamento e impostos</b>		<b>3.660.865,50</b>	<b>3.313.167,60</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7	(3.007.877,72)	(2.712.409,22)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>652.987,78</b>	<b>600.758,38</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	9;12	37.281,31	25.620,16
Juros e gastos similares suportados	9	(519.302,18)	(485.135,30)
<b>Resultado antes de Impostos</b>		<b>170.966,91</b>	<b>141.243,24</b>
Imposto sobre o rendimento do período		(25.277,28)	262.865,24
<b>Resultado líquido do período</b>	14	<b>145.689,63</b>	<b>404.108,48</b>

Direção

Contabilista Certificado



*Handwritten mark*

## **Demonstração dos Fluxos de Caixa**

**4**



Demonstração dos Fluxos de Caixa do período  
findo em 31-12-2015  
(montantes em euros)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		2015	2014
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes e utentes		13.661.642,94	12.119.974,13
Pagamentos a fornecedores		6.160.760,26	6.534.154,55
Pagamentos ao pessoal		3.696.041,03	3.378.448,39
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>3.804.841,65</b>	<b>2.207.371,19</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		4.040,83	5.459,22
Outros recebimentos/pagamentos		(835.536,72)	289.330,94
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>		<b>2.965.264,10</b>	<b>2.491.242,91</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de Investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>	6;7	2.557.185,33	5.155.163,70
<i>Investimentos financeiros</i>			13.500,00
<i>Outros ativos</i>			5.000,00
Recebimentos provenientes de:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>		43.892,55	53.655,52
<i>Outros ativos</i>		75.000,00	
<i>Subsídios ao investimento</i>		1.474.187,46	
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</b>		<b>(964.105,32)</b>	<b>(5.120.008,18)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
<i>Financiamentos obtidos</i>			2.657.649,53
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Financiamentos obtidos</i>	8;9	1.722.784,29	
<i>Juros e gastos similares</i>		488.066,47	440.437,86
<i>Outras operações de financiamento</i>		270.849,92	388.890,29
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</b>		<b>(2.481.700,68)</b>	<b>1.828.321,38</b>
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(480.541,90)	(800.443,89)
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	737.919,98	1.538.363,87
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	257.378,08	737.919,98

Direção

Contabilista Certificado



1

# **Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais**

**5**

**Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais do período findo em 31-12-2015**  
(montantes em euros)

DESCRÇÃO	NOTAS	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados Transítidos	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2015</b>	4	4.998,00			2.990.221,39			7.607.256,47	404.108,48	11.006.584,34		11.006.584,34
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>												
Ajustamentos por impostos diferidos								2.150.155,50		2.150.155,50		2.150.155,50
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					953.518,28		(880.995,13)	(404.108,48)	(404.108,48)	(931.585,33)		(931.585,33)
	7				953.519,28		1.289.160,37	(404.108,48)	(404.108,48)	1.218.570,17		1.218.570,17
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	8							145.689,63	145.689,63	145.689,63		145.689,63
<b>RESULTADO EXTENSIVO</b>	9=7+8							1.364.259,80	1.364.259,80	1.364.259,80		1.364.259,80
<b>OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO</b>												
Outras Operações		4.998,00								4.998,00		4.998,00
	10							6.876.416,84	145.689,63	12.370.844,14		12.370.844,14
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2015</b>	6+7+8+10	4.998,00			3.343.739,67			6.876.416,84	145.689,63	12.370.844,14		12.370.844,14

Direção

Contabilista Certificado



Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais do período findo em 31-12-2015  
(montantes em euros)

DESCRÇÃO	NOTAS	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados Transmidos	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2014	1	4.998,00			3.176.944,41			8.688.369,27	82.820,34	11.953.122,02		11.953.122,02
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Ajustamentos por impostos diferidos					(269.533,36)	269.533,36						
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					82.810,34		(1.350.646,16)	(1.350.646,16)	(82.820,34)	(1.350.656,16)		(1.350.656,16)
					(186.723,02)		(1.081.112,80)	(1.081.112,80)	(82.820,34)	(1.350.656,16)		(1.350.656,16)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3								404.108,48	404.108,48		404.108,48
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3								(946.547,68)	(946.547,68)		(946.547,68)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO												
Outras Operações		4.998,00								4.998,00		4.998,00
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2014	5	4.998,00			2.990.221,39			7.607.256,47	404.108,48	11.005.584,34		11.005.584,34
	6=1,52+3+5											

Direção

Contabilista Certificado

*[Handwritten mark]*



**Anexo**

**6**

## 1 - Identificação da entidade

### 1.1. Dados de identificação

**Designação da associação:** RESITEJO - Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo

**Sede social:** Rua Ferro de Engomar - Eco-Parque do Relvão, Chamusca

**Natureza da atividade:** Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos

A Associação encontra-se matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Chamusca sob o número 503914096.

As quantias apresentadas nas notas seguintes são referidas em euros.

As notas não mencionadas não se aplicam à Associação ou respeitam a fatos ou situações não materialmente relevantes ou que não ocorreram no exercício de 2015.

## 2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

### 2.1. Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foram utilizadas as Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

#### - Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da associação, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

#### - Regime da periodização económica (acrécimo)

A associação reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

#### - Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A associação não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

#### - Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

#### - Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2015 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014.

### 2.2. Disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras

Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

Direção



Contabilista Certificado



**2.3. Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior**

As contas do Balanço e da Demonstração dos Resultados são comparáveis com as do exercício anterior.

**3 - Principais políticas contabilísticas****3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras**

A estrutura conceptual do SNC tem por base as seguintes bases de mensuração: custo histórico, custo corrente, valor realizável, valor presente e justo valor, as quais são aplicadas de forma diferenciada no momento inicial e nos períodos subsequentes. De salientar, no entanto, que o normativo subjacente ao SNC permite diversas bases, tais como: custo histórico, custo corrente, valor realizável líquido, valor presente (ou atual), valor recuperável, valor de uso, custo amortizado, custo presumido, justo valor e valor de mercado.

As demonstrações financeiras da empresa, de uma forma geral, foram preparadas de acordo com o critério base do custo histórico.

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente em todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

A associação optou pelas bases de mensuração abaixo descritas.

**3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes****Ativos fixos tangíveis**

Os bens adquiridos são mensurados ao custo de aquisição, o qual inclui as despesas adicionais de compra. Posteriormente são mantidos ao custo histórico líquidos das respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, com exceção dos principais equipamentos básicos, com vida útil e totalmente amortizados, que são apresentados ao justo valor, com base em avaliações efetuadas por avaliadores externos independentes, deduzidas das depreciações.

Os contratos de locação financeira, relativamente aos quais a associação assume os riscos e vantagens inerentes à posse do activo locado, são registados, na data do seu início, como ativo e passivo pelo valor atual das rendas vincendas, desde que menores que o justo valor do bem.

As depreciações são efetuadas tendo por base as taxas definidas fiscalmente, sendo que a associação considera que refletem adequadamente a vida útil estimada dos bens, sendo apresentadas como segue:

Edifícios e outras construções	20-50 anos
Equipamento básico	3-8 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	3-8 anos
Outros ativos tangíveis	3-8 anos

**Ativos intangíveis**

Os ativos adquiridos são mensurados inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui as despesas adicionais de compra, sendo mantidos ao custo histórico na mensuração ocorrida em períodos subsequentes, sendo apenas sujeitos a testes de imparidade quando existem indicadores que apontem nesse sentido.

### **Inventários**

Os inventários são inicialmente reconhecidos pelo seu custo de aquisição ou de produção, o qual inclui os custos de compra, de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local atual e na sua condição. Subsequentemente, são mensurados e apresentados pelo mais baixo entre o custo histórico e o valor realizável líquido.

### **Valores a receber**

Os valores a receber são inicialmente mensurados ao custo, podendo posteriormente ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por imparidade, sendo esta perda apenas reconhecida quando existe evidência objetiva de que a associação não receberá a totalidade dos montantes em dívida.

### **Caixa e equivalentes de caixa**

A caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a doze meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

### **Rendimentos e gastos**

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio de contabilidade em regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

### **Rédito**

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos, e é reconhecido quando os riscos e vantagens inerentes à posse dos ativos vendidos são transferidos para o comprador, no caso da venda, e é reconhecido com referência à fase de acabamento relativamente aos serviços prestados.

### **Subsídios governamentais**

Os subsídios governamentais são reconhecidos inicialmente quando existe uma certeza razoável que o subsídio será recebido e que a associação irá cumprir com as condições associadas à atribuição do subsídio.

Os subsídios que compensam a associação pela aquisição de um ativo são reconhecidos inicialmente no capital próprio e registados em resultados numa base sistemática de acordo com a vida útil do ativo.

Os subsídios que compensam a associação por despesas incorridas são reconhecidos inicialmente como diferimento (passivo) e registados na demonstração dos resultados numa base sistemática, no mesmo período em que as despesas são reconhecidas

### **Impostos sobre o rendimento**

Os impostos sobre lucros registados em resultados, incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos.

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor, à data de balanço, e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

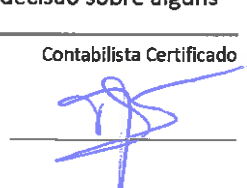
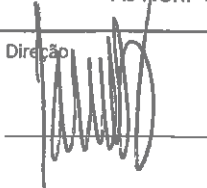
Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

### **3.3. Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte)**

As NCRF's requerem que sejam efetuados julgamentos e estimativas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns

Direção

Contabilista Certificado



tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, rendimentos e gastos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos rendimentos e gastos reais.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos, utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela associação, são apresentados nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela associação e a sua divulgação.

Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela associação é apresentada nas Notas 3.1 e 3.2.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela associação o resultado, reportado pela associação, poderia ser diferente, caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. A direção considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da associação e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

#### **Cobranças duvidosas**

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação efetuada pela associação, da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências setoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

#### **Impostos sobre os lucros**

A associação encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre os lucros de acordo com a lei portuguesa. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela associação, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da associação de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

#### **Benefícios a empregados – estimativa de férias**

A determinação das responsabilidades por benefícios aos empregados requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções salariais. Contudo, as alterações a estes pressupostos não deverão ter um impacto significativo nos valores determinados.

**4 - Fluxos de caixa**
**4.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:**

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	7.827,71	9.147.338,93	9.152.316,33	2.850,31
Depósitos à ordem	480.092,27	24.071.079,44	24.296.643,94	254.527,77
Outros depósitos bancários	250.000,00		250.000,00	
<b>Total</b>	<b>737.919,98</b>	<b>33.218.418,37</b>	<b>33.698.960,27</b>	<b>257.378,08</b>

**4.2. Comentário da direção sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso**

Não existem saldos indisponíveis para uso.

**5 - Partes relacionadas**
**5.1. Identificação das partes relacionadas**
**5.1.1. Denominação da empresa-mãe**

A RESITEJO é uma associação, constituída por 10 municípios (Alcanena, Chamusca, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Golegã, Santarém, Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha) e 4 empresas privadas.

**5.1.2. Transações e saldos pendentes, conforme quadro seguinte:**

Descrição	Empresa Mãe	Subsidiárias	Associadas	Entid. com ctrl conj/IS	Empreend. conjuntos	Pessoal chave gestão	Outras partes relac.
<b>SALDOS PENDENTES</b>							
Conta de outros devedores e credores							415.408,19
<b>VALOR DAS TRANSAÇÕES</b>							
Prestações de serviços							2.467.045,82

Os termos ou condições praticados entre a RESITEJO e as partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

**5.1.3. Remunerações do pessoal chave da gestão, conforme quadro seguinte:**

No decorrer do exercício não foram atribuídas remunerações aos órgãos sociais.

Direção

Contabilista Certificado

**6 - Ativos Intangíveis**

**6.1. Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, conforme quadro seguinte:**

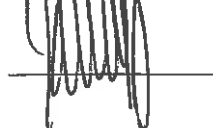
Os ativos intangíveis têm uma vida útil finita, sendo utilizado o método da linha reta no registro das amortizações, imputadas numa base sistemática pelo período de vida útil.

Descrição	Trespasse	Projetos desenvolvidos	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos Intangíveis em curso	Adiantamentos at. Intangíveis	TOTAL
<b>TOTAIS ATIVOS INTANGÍVEIS</b>								
Valor bruto total no fim do período			32.856,57					32.856,57
Amortizações acumuladas totais no fim do período			32.856,57					32.856,57
<b>VIDA ÚTIL INDEFINIDA</b>								
Saldo no início do período								
Valor líquido no fim do período								
<b>VIDA ÚTIL DEFINIDA</b>								
Valor bruto no início			32.856,57					32.856,57
Amortizações acumuladas			32.856,57					32.856,57
Saldo no início do período								
<b>Variações do período</b>								
Total de aumentos								
Total diminuições								
Saldo no final do período								

**Quadro comparativo:**

Descrição	Trespasse	Projetos desenvolvidos	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos Intangíveis em curso	Adiantamentos at. Intangíveis	TOTAL
<b>TOTAIS ATIVOS INTANGÍVEIS</b>								
Valor bruto total no fim do período			32.856,57					32.856,57
Amortizações acumuladas totais no fim do período			32.856,57					32.856,57
<b>VIDA ÚTIL INDEFINIDA</b>								
Saldo no início do período								
Valor líquido no fim do período								
<b>VIDA ÚTIL DEFINIDA</b>								
Valor bruto no início			32.856,57					32.856,57
Amortizações acumuladas			32.856,57					32.856,57
Saldo no início do período								
<b>Variações do período</b>								
Total de aumentos								
Total diminuições								
Saldo no final do período								

Direção



Contabilista Certificado



**7 - Ativos fixos tangíveis**
**7.1. Divulgações sobre ativos fixos tangíveis, conforme quadro seguinte:**

As bases de mensuração utilizadas dos ativos fixos tangíveis têm uma vida útil finita, sendo utilizado o método da linha reta no registo das amortizações, imputadas numa base sistemática pelo período de vida útil.

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início	216.724,65	17.665.724,40	16.006.523,25	2.547.488,46	155.005,91		499.178,68	2.517.992,06		39.608.637,41
Depreciações acumuladas	216.724,65	11.711.085,47	4.497.497,36	1.506.914,69	106.116,03		107.854,54			18.146.192,74
<b>Saldo no início do período</b>		<b>5.954.638,93</b>	<b>11.509.025,89</b>	<b>1.040.573,77</b>	<b>48.889,88</b>		<b>391.324,14</b>	<b>2.517.992,06</b>		<b>21.462.444,67</b>
<b>Variações do período</b>		<b>3.616.728,63</b>	<b>(1.504.607,09)</b>	<b>43.678,55</b>	<b>(1.304,54)</b>		<b>(31.367,13)</b>	<b>(3.483.597,94)</b>		<b>(1.360.468,92)</b>
<b>Total de aumentos</b>		<b>1.999.267,36</b>	<b>147.253,65</b>	<b>418.511,89</b>	<b>20.202,88</b>		<b>29.279,50</b>	<b>105.310,37</b>		<b>2.719.825,65</b>
Aquisições em primeira mão		1.999.267,36	147.253,65	418.511,89	20.202,88		29.279,50	105.310,37		2.719.825,65
<b>Total diminuições</b>		<b>849.733,05</b>	<b>1.685.658,48</b>	<b>391.833,34</b>	<b>21.507,42</b>		<b>60.646,63</b>			<b>3.008.378,92</b>
Depreciações do período		849.733,05	1.699.258,48	376.732,14	21.507,42		60.646,63			3.007.877,72
Alienações			1.445,00	44.500,00						45.945,00
Outras diminuições			(15.045,00)	(29.398,80)						(44.443,80)
Transferências de AFT		2.467.194,32	33.797,74	17.900,00				(3.588.907,71)		(1.070.915,65)
<b>Saldo no fim do período</b>		<b>9.571.367,56</b>	<b>10.004.418,80</b>	<b>1.084.252,32</b>	<b>47.585,34</b>		<b>359.957,01</b>	<b>(965.605,28)</b>		<b>20.101.975,75</b>
Valor bruto no fim do período	216.724,65	22.132.186,08	16.186.129,64	2.938.500,35	175.208,79		528.458,18			42.177.207,69
Depreciações acumuladas no fim do período	216.724,65	12.560.818,52	6.181.710,84	1.854.248,03	127.623,45		168.501,17	965.605,28		22.075.231,94

**Quadro comparativo:**

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início	216.724,65	17.665.724,40	15.953.063,95	1.709.623,42	119.494,03		375.483,68	756.463,41		36.796.577,54
Depreciações acumuladas	216.724,65	11.081.163,73	2.789.535,65	1.231.497,28	88.259,42		52.352,79			15.459.533,52
<b>Saldo no início do período</b>		<b>6.584.560,67</b>	<b>13.163.528,30</b>	<b>478.126,14</b>	<b>31.234,61</b>		<b>323.130,89</b>	<b>756.463,41</b>		<b>21.337.044,02</b>
<b>Variações do período</b>		<b>(629.921,74)</b>	<b>(1.654.502,41)</b>	<b>562.447,63</b>	<b>17.655,27</b>		<b>60.199,25</b>	<b>1.761.528,65</b>		<b>125.400,65</b>
<b>Total de aumentos</b>			<b>53.809,30</b>	<b>894.865,04</b>	<b>35.511,88</b>		<b>123.695,00</b>	<b>1.761.528,65</b>		<b>2.869.409,87</b>
Aquisições em primeira mão			53.809,30	894.865,04	35.511,88		123.695,00	1.761.528,65		2.869.409,87
<b>Total diminuições</b>		<b>629.921,74</b>	<b>1.708.311,71</b>	<b>332.417,41</b>	<b>17.856,61</b>		<b>55.501,75</b>			<b>2.794.009,22</b>
Depreciações do período		629.921,74	1.708.311,71	300.817,41	17.856,61		55.501,75			2.732.409,22
Alienações			350,00	57.000,00						57.350,00
Outras diminuições			(350,00)	(25.400,00)						(25.750,00)
<b>Saldo no fim do período</b>		<b>5.954.638,93</b>	<b>11.509.025,89</b>	<b>1.040.573,77</b>	<b>48.889,88</b>		<b>391.324,14</b>	<b>2.517.992,06</b>		<b>21.462.444,67</b>
Valor bruto no fim do período	216.724,65	17.665.724,40	16.006.523,25	2.547.488,46	155.005,91		499.178,68	2.517.992,06		39.608.637,41
Depreciações acumuladas no fim do período	216.724,65	11.711.085,47	4.497.497,36	1.506.914,69	106.116,03		107.854,54			18.146.192,74

Direção

Contabilista Certificado

**8 - Locações**

**8.1. Decomposição das locações de acordo com o quadro seguinte:**

Descrição	Ativos intangíveis	Ativos fixos tangíveis	Propriedades de investimento	Total	Locações Operacionais
<b>Valor Bruto</b>		<b>886.905,00</b>		<b>886.905,00</b>	
Depreciações/Amortizações acumuladas		488.137,38		488.137,38	
Saldo no fim do período		398.767,62		398.767,62	
<b>Total dos futuros pagamentos mínimos</b>		<b>397.709,71</b>		<b>397.709,71</b>	
Até um ano		155.322,36		155.322,36	
De um a cinco anos		242.387,35		242.387,35	
Mais de cinco anos					
<b>Valor atual do total dos futuros pag. Mínimos</b>					
Até um ano					
De um a cinco anos					
Mais de cinco anos					

**8.2. Descrição geral dos acordos de locação financeira significativos**

Nº Contrato	Locadora	Bem locado	Valor	Opção de compra e outros detalhes
1082368	Cofidis	Trator kubota	20.210,00	
352.09.2013	BIC / BPN	1 Volvo usado + Kit hidráulico + 1 Reboque Kraker usado + 1 Reboque Knäpen usado + 1 Reboque RSS usado	64.882,29	
100062090	CGD	Painéis Solares	113.894,95	
100069137	CGD	Viatura pesada+semi-reboque	95.828,67	
100071570	CGD	Viatura pesada+semi-reboque	102.893,80	

Direção



Contabilista Certificado



**9 - Custos de empréstimos obtidos**

**9.1. Política contabilística adoptada nos custos dos empréstimos obtidos**

Os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período.

No ano de 2015 o gasto ocorrido com juros de financiamento foi de 519.302,18 euros.

**9.2. Política contabilística adoptada nos custos dos empréstimos obtidos capitalizados no período e respetiva taxa, bem como os reconhecidos em gastos:**

Descrição	Valor contratual do empréstimo	Valor Corrente Empréstimo	Valor Não Corrente Empréstimo	Total custos anuais emp.obt.	Juros suportados anuais emp.obt.	Dispêndios com ativo	Taxa capitalização utilizada	Custos emp.capitalizados	Custos emp.em gastos
Empréstimos genéricos		3.731.473,09	5.696.101,86						
Instituições de crédito e sociedades financeiras		3.731.473,09	5.696.101,86						
Empréstimos específicos									
<b>Total dos Empréstimos</b>		<b>3.731.473,09</b>	<b>5.696.101,86</b>						

**9.3. Outras divulgações**

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Juros e rendimentos similares obtidos	37.281,31	25.620,16
Juros de financiamentos obtidos	37.281,31	25.620,16
Juros e gastos similares suportados	519.302,18	485.135,30
Juros de financiamentos suportados	519.302,18	485.135,30
<i>Juros de empréstimos bancários</i>	<i>519.302,18</i>	<i>485.135,30</i>

Dirrecção

Contabilista Certificado

**10 - Investimentos em Subsidiárias, Associadas e Consolidação**
**10.1. Quantias escrituradas e movimentos do período em subsidiárias, associadas e outros investimentos financeiros que utilizam outros métodos**

Descrição	Inv. Subsidiárias	Inv. Associadas	Inv. Outras Empresas	Outros Inv. Fin.	Inv. Fin. Em Curso	Adiantamentos p/ Inv. Fin.	Total
Valor bruto Inicial	13.500,00			1.000.000,00			1.013.500,00
Valor líquido Inicial	13.500,00			1.000.000,00			1.013.500,00
Movimentos do período							
Valor líquido final	13.500,00			1.000.000,00			1.013.500,00

**10.2. Divulgações sobre investimentos em associadas**

A RESITEJO - Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo participa na seguinte entidade:

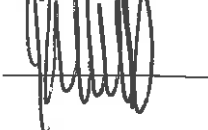
NIF	510322638
Denominação	CDR TEJO,S.A.
Sede (País)	PT
Natureza da relação	Subsidiária
Método de consolidação	Outros Métodos
Capital Próprio	-1.581,85
Resultado líquido	-33.307,77
Capital social detido (valor)	13.500,00
Capital social detido (%)	27,0000%
Direitos de voto (%)	
Data de início da participação	

**11 - Inventários**
**11.1. Políticas contabilísticas adoptadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada**

Os inventários são inicialmente reconhecidos pelo seu custo de aquisição ou de produção, o qual inclui os custos de compra, de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local atual e na sua condição. Subsequentemente, são mensurados e apresentados pelo mais baixo entre o custo histórico e o valor realizável líquido.

**11.2. Apuramento do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas e outras informações sobre estas naturezas de inventários, conforme quadro seguinte:**

Direção



Contabilista Certificado



Descrição	Mercadorias	Mat. Primas e Subsid.	Total Período	Mercadorias Per. Anterior	Mat. Prim. e Sub. Per. Anterior	Total Per. Anterior
<b>APURAMENTO DO CUSTO DAS MERC. VENDIDAS E MAT. CONSUMIDAS</b>						
Inventários Iniciais						
Compras		906.842,66	906.842,66		461.077,95	461.077,95
Reclassificação e regularização de Inventários						
Inventários finais						
<b>Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas</b>		906.842,66	906.842,66		461.077,95	461.077,95
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES</b>						

11.3. Apuramento da variação de produção e outras informações sobre estas naturezas de inventários, conforme quadro seguinte:

Descrição	Prod. Acabados e Interm.	Subprodutos, desp e refugos	Prod e trab em curso	Total Período	Prod. Acab. e Interm. Per. Anterior	Subprd, desp e refugos Per. Anterior	Prod e trab. em curso Per. Anterior	Total Período Anterior
<b>APURAMENTO DA VARIAÇÃO DE PRODUÇÃO</b>								
Inventários finais	127.102,00			127.102,00	333.790,00			333.790,00
Reclassificação e regularização de Inventários								
Inventários Iniciais	333.790,00			333.790,00	44.465,00			44.465,00
<b>Variação de produção</b>	<b>(206.688,00)</b>			<b>(206.688,00)</b>	<b>289.325,00</b>			<b>289.325,00</b>
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES</b>								

12 - Rédito

12.1. Políticas contábilísticas adoptadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adoptados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos, e é reconhecido quando os riscos e vantagens inerentes à posse dos ativos vendidos são transferidos para o comprador, no caso da venda, e é reconhecido com referência à sua execução relativamente aos serviços prestados.

12.2. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Vendas de bens	6.333.255,65	4.523.198,20
Prestação de serviços	5.584.605,39	4.728.629,29
Juros	37.281,31	25.620,16
Outros réditos	1.765.316,52	2.173.960,73
<b>Total</b>	<b>11.955.142,35</b>	<b>11.451.408,38</b>

Direção

Contabilista Certificado

**13 - Subsídios do Governo e apoios do Governo**

**13.1. Política contabilística adoptada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adoptados nas demonstrações financeiras**

Os subsídios do Governo são reconhecidos após existir segurança de que a Associação cumprirá as condições a eles associadas e que os subsídios serão recebidos.

Em termos de contabilização, os subsídios do Governo relacionados com resultados serão registados como rendimentos caso os gastos já estejam incorridos, ou a rendimentos diferidos na proporção dos gastos a incorrer.

Os subsídios do Governo relacionados com ativos são inicialmente contabilizados no Capital Próprio e, subsequentemente, imputados a rendimentos durante a vida útil do ativo caso sejam ativos depreciables ou amortizáveis, ou, mantidos no Capital Próprio caso esses ativos não sejam depreciables ou não amortizáveis.

**13.2. Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que diretamente se beneficiou:**

Descrição	Do Estado - Valor Atrib. Per. Ant.	Do Estado - Valor Atribuído Período	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent.- Valor Atrib. Per. Ant.	Outras Ent. - Valor Atribuído Período	Outras Ent.- Valor Imputado Período	Das Quais UE - Valor Atrib. Per. Ant.	Das Quais UE - Valor Atribuído Período	Das Quais UE - Valor Imputado Período
Subsídios ao investimento		403.271,81							
Para ativos fixos tangíveis		403.271,81							
Edifícios e outras construções		403.271,81							
Para ativos intangíveis									
Para outras naturezas de ativos									
Subsídios à exploração	37.432,58	41.478,91		23.421,80	27.374,18				
Valor dos reembolsos efetuados no período									
De subsídios ao investimento									
De subsídios à exploração									
<b>Total</b>	<b>37.432,58</b>	<b>444.750,72</b>		<b>23.421,80</b>	<b>27.374,18</b>				

A associação beneficiou de subsídios à exploração, no montante de 69.063,57 euros, que incluem incentivos ao emprego e estágios (41.478,91 euros), e subsídios da sociedade Ponto Verde (24.075,17 euros) e da Dir.Gar. Energia e Geologia (3.299,01 euros). Obtendo ainda, subsídios ao investimento no montante de 403.271, 81 euros, referentes a edifícios.

**14 - Impostos e contribuições**

**14.1. Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:**

a) Reconciliação numérica entre gasto (rendimento) de impostos e o produto de lucro contabilístico multiplicado pela (s) taxa(s) de imposto aplicável(eis) e indicação da base pela qual a taxa(s) de imposto aplicável(eis) é (são) calculada (s); ou

b) Reconciliação numérica entre a taxa média efectiva de imposto e a taxa de imposto aplicável, e indicação da base pela qual é calculada a taxa de imposto aplicável.

Direção

Contabilista Certificado

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Resultado antes de impostos do período	170.966,91	141.243,24
Imposto corrente	24.273,75	6.668,12
Imposto diferido	1.003,53	(269.533,36)
Imposto sobre o rendimento do período	25.277,28	(262.865,24)
Tributações autónomas	2.414,33	4.375,81
Taxa efetiva de imposto	14,78	(186,10)

**14.2. Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições**

A rubrica de Estado e outros entes públicos respeita às seguintes naturezas:

Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor Período Anterior	Saldo Credor Período Anterior
Imposto sobre o rendimento		20.495,99		263,07
IRC a receber / pagar		20.495,99		263,07
Retenção de impostos sobre rendimentos		38.922,22		37.443,78
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	36,98	94.315,09	44.393,40	
Contribuições para a Segurança Social		108.176,20		98.016,34
Tributos das autarquias locais		30,42		30,42
Outras tributações		54.292,97		90.182,62
<b>Total</b>	<b>36,98</b>	<b>316.232,89</b>	<b>44.393,40</b>	<b>225.936,23</b>

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, sendo de cinco anos para a Segurança Social. Deste modo, as declarações fiscais da associação dos anos de 2012 a 2015 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

A Direção da Associação entende que as correções resultantes de revisões/inspeções, por parte das autoridades fiscais, àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015.

Nos termos do artigo 88.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas a Associação encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De salientar, que a dívida à Agência Portuguesa do Ambiente, no valor de 251.524,66 euros, foi objeto de acordo de pagamento prestacional, celebrado com a Autoridade Tributária no início de 2016.

Direção

Contabilista Certificado

**15 - Instrumentos financeiros**

**15.1. Perdas por imparidade em ativos financeiros, conforme discriminação no quadro seguinte:**

Descrição	Perdas por Imparidade Período	Rev. Perdas Imparidade Período	Valor Líquido Período	Perdas por Imp. Per. Anterior	Rev. Perdas Imp. Per. Anterior	Valor Líquido Per. Anterior
Dívidas a receber de clientes		8.252,11	(8.252,11)			
Outras dívidas a receber						
Instrumentos de capital próprio e outros títulos						
Outras perdas por imparidade em ativos financeiros						
<b>Total</b>		<b>8.252,11</b>	<b>(8.252,11)</b>			

**15.2. Categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:**

Os instrumentos financeiros detidos pela Associação encontram-se mensurados ao custo ou custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade, ou, nos casos aplicáveis, ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimento Inicial
<b>Ativos financeiros:</b>			<b>6.532.905,15</b>	<b>(74.743,61)</b>	
Clientes			5.325.610,79	(74.743,61)	
Outras contas a receber			1.202.294,36		
Ativos financeiros detidos para negociação			5.000,00		
<b>Passivos financeiros:</b>			<b>15.361.707,00</b>		
Fornecedores			3.889.518,92		
Financiamentos obtidos			9.427.574,95		
Outras contas a pagar			2.044.613,13		
<b>Ganhos e perdas líquidos:</b>			<b>45.533,42</b>		
De ativos financeiros			8.252,11		
De passivos financeiros			37.281,31		
<b>Rendimentos e gastos de juros:</b>			<b>(665.813,13)</b>		
De passivos financeiros			(665.813,13)		

**15.3. Capital Próprio**

A variação ocorrida, nos anos de 2014 e 2015, no Capital próprio encontra-se devidamente evidenciada na Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais.

Direção



Contabilista Certificado



**16 - Benefícios dos empregados**
**16.1. Benefícios dos empregados e encargos da associação**

A 31 de Dezembro de 2015 o número de colaboradores era de 256.

Não se encontram estabelecidos benefícios a longo prazo para funcionários.

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Gastos com o pessoal	3.851.435,82	3.403.895,78
Remunerações do pessoal	2.883.802,30	2.514.268,34
Encargos sobre as remunerações	589.991,09	511.908,82
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	106.006,68	98.926,01
Outros gastos com o pessoal, dos quais:	271.635,75	278.792,61

**17 - Divulgações exigidas por diplomas legais**
**17.1. Informação por atividade económica**

Descrição	Atividade CAE 1	Total
Vendas	6.333.255,65	6.333.255,65
De produtos acabados, semiacabados resíduos e refugos	6.333.255,65	6.333.255,65
Prestações de serviços	5.594.605,39	5.594.605,39
Compras	906.842,66	906.842,66
Fornecimentos e serviços externos	4.456.731,47	4.456.731,47
Costo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	906.842,66	906.842,66
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	906.842,66	906.842,66
Variação nos inventários de produção	(206.688,00)	(206.688,00)
Gastos com o pessoal	3.851.435,82	3.851.435,82
Remunerações	2.883.802,30	2.883.802,30
Outros gastos	967.633,52	967.633,52
Ativos fixos tangíveis		
Valor líquido final	20.101.975,75	20.101.975,75
Total das aquisições	2.719.825,65	2.719.825,65
(das quais edifícios e outras construções)	1.999.267,36	1.999.267,36
Adições no período de ativos em curso	105.310,37	105.310,37
Propriedades de investimento		

Direção

Contabilista Certificado

**17.2. Informação por mercado geográfico**

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas	6.316.888,21	16.367,44		6.333.255,65
Prestações de serviços	5.564.950,20	19.655,19		5.584.605,39
Compras	906.842,66			906.842,66
Fornecimentos e serviços externos	4.456.731,47			4.456.731,47
Aquisições de ativos fixos tangíveis	2.719.825,65			2.719.825,65
Rendimentos suplementares:	419.550,92			419.550,92
Outros rendimentos suplementares	419.550,92			419.550,92

**17.3. Outras divulgações exigidas por diplomas legais**

A Direção informa que a RESITEJO não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora para além das referenciadas no presente anexo, nos termos do Decreto-Lei nº 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de outubro, a Direção informa que a situação da RESITEJO perante a Segurança Social se encontra regularizada.

Direção

Contabilista Certificado

**18 - Outras informações**
**18.1. Discriminação dos fornecimentos e serviços externos**

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Subcontratos	11.505,55	413.768,49
Serviços especializados	2.165.577,04	1.716.550,08
Trabalhos especializados	659.246,40	409.789,20
Publicidade e propaganda	86.934,33	36.886,11
Vigilância e segurança	61.904,00	87.184,58
Honorários	53.899,65	28.762,24
Conservação e reparação	1.287.338,67	1.090.744,69
Outros	16.253,99	63.183,26
<b>Materiais</b>	<b>238.638,88</b>	<b>269.629,30</b>
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	206.051,04	246.780,06
Livros e documentação técnica	174,53	
Material de escritório	12.920,48	15.262,24
Artigos para oferta	16.633,63	7.587,00
Outros	2.859,20	
<b>Energia e fluidos</b>	<b>1.142.055,77</b>	<b>1.203.252,13</b>
Eletricidade	375.515,83	426.694,39
Combustíveis	720.905,75	535.802,68
Água	2.708,48	3.106,92
Outros	42.925,71	237.648,14
<b>Deslocações, estadas e transportes</b>	<b>539.209,19</b>	<b>486.083,98</b>
Deslocações e estadas	4.412,81	3.854,92
Transportes de mercadorias	534.790,38	482.229,06
Serviços diversos	359.751,04	425.114,46
Rendas e aluguéis	166.350,87	263.691,91
Comunicação	20.583,52	18.231,90
Seguros	151.669,67	123.035,32
Contencioso e notariado	6.822,45	1.545,70
Despesas de representação	1.737,27	9.032,38
Limpeza, higiene e conforto	12.587,26	9.577,25
<b>Total</b>	<b>4.456.731,47</b>	<b>4.514.398,44</b>

**19 - Acontecimentos após a data de balanço**
**19.1. Autorização para emissão:**

a) Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem autorizou; A Direção autorizou a emissão das demonstrações financeiras na data estipulada no relatório de gestão.

b) Indicação sobre se os proprietários, ou outros, têm o poder de alterar as demonstrações financeiras após esta data. Os associados da associação detêm o poder de alterar as demonstrações financeiras após a data acima referida.

**19.2. Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço.**

Não existiram situações significativas que alterem a posição financeira relatada.

Direção

Contabilista Certificado



*[Handwritten mark]*

# **Certificação Legal das Contas**

**7**



## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da RESITEJO – Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de 28.048.784 euros e um total de capital próprio de 12.370.844 euros, incluindo um resultado líquido de 145.690 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

### RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Direção a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Associação e o resultado das suas operações, as alterações nos fundos patrimoniais e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Direção, utilizadas na sua preparação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.



5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório da direcção com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da RESITEJO – Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo em 31 de dezembro de 2015 e o resultado das suas operações, as alterações nos fundos patrimoniais e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as normas contabilísticas e de relato financeiro para as instituições do sector não lucrativo (NCRF-ESNL).

### ÊNFASE

8. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para o facto da entidade, tal como referido no Relatório de gestão e no Anexo, possuir dívidas em mora ao Estado e outros entes públicos, relativamente às quais foram celebrados acordos de pagamento em prestações que têm vindo a ser cumpridos.

### RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

9. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 11 de março de 2016

**TOCHA, CHAVES & ASSOCIADOS**  
**Sociedade de Revisores Oficiais de Contas**  
**representada Paulo Dinis Delgado Chaves - ROC**



q

# **Relatório e Parecer do Conselho Fiscal**

**8**

## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exmos. Senhores Associados da  
RESITEJO – Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo  
Carregueira

Em cumprimento da lei e dos estatutos temos o prazer de apresentar o Relatório relativo à nossa ação fiscalizadora, assim como o nosso Parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentados pela Direção e relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

No desempenho das suas funções o Conselho Fiscal acompanhou a atividade da Associação através da informação financeira e dos esclarecimentos prestados quer pela Direção quer pelos Serviços. Por outro lado, o Conselho Fiscal vigiou a observância da lei e dos estatutos, efetuou as verificações julgadas necessárias nas circunstâncias e comprovou a adequação dos critérios valorimétricos adotados.

Após o encerramento das Contas, o Conselho Fiscal procedeu à apreciação das mesmas e do relatório de gestão elaborado pela Direção, o qual traduz, de modo adequado, a atividade, evolução e a situação da Associação.

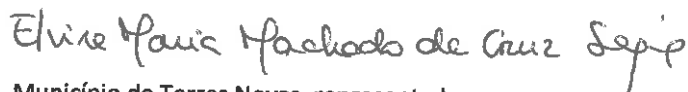
O Conselho Fiscal apreciou também a Certificação Legal das Contas elaborada pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas TOCHA, CHAVES & ASSOCIADOS decorrente do exame por si realizado, a qual, merecendo a nossa concordância, deve ser considerada como fazendo parte integrante deste Relatório.

Como consequência do trabalho efetuado e tendo em consideração o conteúdo da Certificação Legal das Contas, o Conselho Fiscal é de PARECER que:

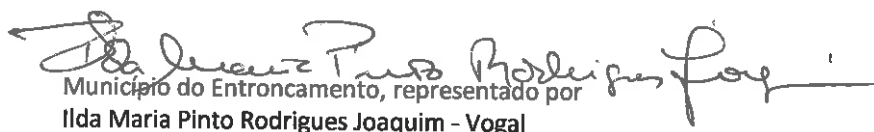
1. O Relatório de Gestão apresentado pela Direção deve ser aprovado;
2. As Contas apresentadas pela Direção devem ser aprovadas;
3. A proposta de aplicação de resultados apresentada pela Direção deve ser aprovada.

Carregueira, 22 de março de 2016

### O CONSELHO FISCAL



Município de Torres Novas, representado por  
Elvira Maria Machado da Cruz Sequeira - Presidente



Município do Entroncamento, representado por  
Ilda Maria Pinto Rodrigues Joaquim - Vogal



Tocha, Chaves & Associados SROC, representada por  
Paulo Dinis Delgado Chaves, ROC - Vogal